



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Circular nº 126/22

Brasília (DF), 11 de abril de 2022

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN

Companheira(o)s,

Encaminhamos, para conhecimento, moções aprovadas no 40º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado no período de 27 de março a 01 de abril, em Porto Alegre (RS).

Sem mais para o momento, enviamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof. Luiz Henrique dos Santos Blume
3º Secretário



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO

Quem Mandou Matar Marielle Franco E Anderson Gomes E Por quê? Exigimos Respostas

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam-se e somam-se às diferentes frentes, coletivos e movimentos do Brasil e do Mundo que exigem do Governo Brasileiro respostas ao crime político que executou a vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes no dia 14 de março de 2018, pouco mais de um ano do início do seu mandato na Câmara de Vereadoras e vereadores do Rio de Janeiro. Sua morte representou a máxima da política do ódio, da lógica de ação das milícias, do racismo, machismo e misoginia que estruturam as relações sociais, as instituições burguesas e os espaços de poder. São quatro anos de impunidade que escancaram a política institucional brasileira, calcada na violência, impunidade, no encarceramento e genocídio da população negra. Exigir respostas a esse crime representa o posicionamento contra o governo Genocida de Jair Bolsonaro e dos seus representantes nos estados, tal como o Governador Cláudio Castro.

Marielle perguntou, e o 40º Congresso do ANDES-SN também vai perguntar: quantas mais terão que morrer para esta guerra acabar?



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Moção de Repúdio ao Assassinato Brutal do Migrante Moïse Kabagambe e Durval Filho.

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam solidariedade à família do congolês Moïse Kabagambe, de 24 anos, torturado até a sua morte, na orla da Cidade do Rio de Janeiro por cobrar dívidas referentes ao seu trabalho. Solidariza-se com a família de Durval Teófilo Filho, 38 anos, morto a tiros à queima-roupa pelo vizinho ao voltar pra casa depois de um dia de trabalho, e a tantas outras famílias negras que tiveram parentes mortos pela lógica racista que ainda hoje têm os corpos negros como corpos matáveis. Não se pode desassociar estes crimes da compreensão de que vivemos sobre a égide do racismo estrutural. Tanto a brutalidade que ceifou a vida de Moïse, quanto a de Durval, do menino Miguel Ótávio, da menina Ágata e tantas e tantos outras e outros devem provocar, para além da indignação, a radicalização na luta antirracista. Tal como nos sinalizou a filósofa Angela Davis, “Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”. Isso significa que todas e todos envolvidos nas lutas mais atuais para a efetiva transformação da sociedade rumo à emancipação da classe trabalhadora devem envolver-se, em igual medida, nas trincheiras de luta contra as diferentes expressões do racismo.

Justiça por Moïse!

Justiça por Durval!

Vidas Negras Importam!

Com racismo não haverá revolução!



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE APOIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam apoio à greve do(a)s profissionais da Educação do município de Dourados/MS. Ao materializar a greve do(a)s trabalhadore(a)s da educação da Rede Municipal de Ensino de Dourados/MS que, unificado(a)s em torno de seu sindicato de lutas, o SIMTED, tem o apoio imprescindível da FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação de MS), este(a)s reivindicam o tratamento justo que lhes é de direito: reposição de perdas salariais, a integralidade dos 33,24 do Piso Nacional do Magistério, reposição inflacionária de 10,06 para o administrativo das escolas, dentre outros itens do cotidiano escolar. A luta por valorização do(a)s profissionais da educação constitui-se em um dos pilares da formação cidadã e preparação para a vida em uma sociedade democrática. Não envolve apenas e tão somente a questão salarial, embora ela seja necessária e justa. Educação, vale lembrar, é um direito constitucional, assim como a organização do(a)s trabalhadore(a)s, a negociação e, quando essa não se dá, a greve. Não se faz uma verdadeira educação sem a valorização de seus profissionais. Assim sendo, reafirmamos nossa total solidariedade à(o)s valorosa(o)s profissionais da educação de Dourados, por promoverem uma aula pública de resistência e cidadania e, repudiamos atitudes intransigentes de não negociação, em prejuízo do bem público.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE APOIO

Os delegados e as delegadas reunido(a)s no 40º Congresso do ANDES-SN reafirmam seu total apoio às categorias dos serviços públicos em MG, que estão nesse momento em greve contra os ataques do governo Romeu Zema (Partido Novo), que tem representado a lógica neoliberal de destruição da vida da classe trabalhadora.

Em especial, chamamos a atenção para as greves conduzidas por professoras e professores da ADUEMG e ADUNIMONTES, seções sindicais do ANDES-SN nas universidades estaduais mineiras. Além disso, as trabalhadoras e os trabalhadores da educação do estado de MG também estão em greve pelo pagamento do piso salarial e por condições de trabalho.

Somam-se a essas lutas diversas mobilizações, paralisações e greves de servidore(a)s da saúde, da segurança, da previdência, dentre outras categorias, assim como do serviço público de municípios mineiros, como a greve das trabalhadoras e trabalhadores da educação de Belo Horizonte, que tem recebido a resposta violenta do governo de Alexandre Kalil, do PSD.

Pela defesa dos serviços e servidore(a)s público(a)s!

Viva a luta dos trabalhadores e trabalhadoras em Minas Gerais!



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam solidariedade à pesquisadora vítima de intimidação e constrangimento e repudiam à atitude de intimidação e constrangimento cometida pelo senhor Leandro Ruschel, por ameaçar publicamente, com processo judicial, a pesquisadora Mayara Balestro, em represália à pesquisa apresentada em sua dissertação de mestrado que aborda a empresa Brasil Paralelo. Essas ameaças foram realizadas em postagens nas redes sociais e em *live* em seu canal no *YouTube*. Em contexto de avanço do negacionismo histórico e científico, defendemos incondicionalmente a liberdade de pesquisa cientificamente amparada e da divulgação de seus resultados, bem como o livre debate sem ameaças, intimidação ou constrangimentos.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam sua solidariedade às trabalhadoras e aos trabalhadores que estiveram nas linhas de frente no combate à COVID-19. Seus trabalhos exigiram grandes esforços, objetivos e subjetivos, uma vez que estavam submetidos ao risco de adoecimentos e mortes e, muitas vezes, estendendo tal risco a familiares e/ou pessoas do seu convívio. A pandemia atingiu mais fortemente as periferias do país, exatamente onde se concentra a população negra e pobre, e, não fosse o Sistema Único de Saúde manter-se atuante, mesmo com todos os ataques sofridos, as trágicas consequências da pandemia poderiam ser ainda maiores. Às trabalhadoras e aos trabalhadores que não tiveram em nenhum momento possibilidade de cumprir isolamento por estar enfrentando a pandemia e suas consequências, nossa solidariedade!



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO DO MARANHÃO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam seu repúdio ao Governo do Maranhão por ignorar diversas solicitações de audiência solicitadas pelo SINDUEMA para tratar de assuntos de interesse da categoria docente da UEMA e UEMASUL. Tal atitude demonstra o caráter autoritário do governo Flávio Dino ao ignorar sindicato que representa a categoria de professores das universidades públicas estaduais do Maranhão.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam repúdio à proposta de terceirização docente da carreira EBTT, para atuar no Centro de Educação Infantil (CEI) Criarte/Ufes. A solicitação foi feita pela Coordenação do CEI Criarte pelo sistema de protocolo da Ufes (23068.011534/2022-04), em caráter de urgência, como alternativa para cobrir demandas de afastamentos de docentes.

As professoras que atuam no CEI Criarte são docentes do magistério federal, da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e, portanto, além de atuarem no ensino, desenvolvem pesquisa e extensão, bem como participam das atividades administrativas próprias da universidade. Na Ufes, são evidentes a intensificação do trabalho docente EBTT e as dificuldades enfrentadas para que os direitos conquistados à carreira do magistério federal sejam garantidos. A docência na educação infantil requer atuação pedagógica bastante específica e, no contexto da carreira EBTT na Ufes, que se propõe a atuar nesta etapa educacional não só no âmbito do ensino, exige também que as condições de trabalho adequadas sejam garantidas. A terceirização de docentes se coloca não só como entrave à luta nessa direção, como incide desmontando a carreira docente e atingindo a proposta das instituições de educação básica federais – como campos também de pesquisa e extensão, além do ensino, na medida em que agudiza a precarização das condições de trabalho e, ao mesmo tempo, deslegitima a importância da formação docente, resultando no desmonte da educação pública federal



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam seu repúdio à proposta de transformação e/ou criação de escolas técnicas em escolas “cívico-militares” contida no decreto 48003/22.

Tal proposição é um acinte à escola pública brasileira que por força constitucional, fruto da luta dos educadores deste país, deve ser lócus de livre pensamento e pluralidade de ideias, gestão democrática e inclusiva: preceitos incompatíveis com uma doutrina militar.

Longe disso, coerentes com a proposta acumulada por mais de 40 anos deste sindicato, sintetizada no caderno 2 do ANDES-SN, defendemos: autonomia, indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, uma educação de qualidade, laica, gratuita e socialmente referenciada!

Não à militarização da FAETEC!



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE APOIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam **apoio à Professora Silvia Letícia - Coordenadora Geral do SINTEPP-BELÉM, que vem sofrendo ataques e fake news nas redes sociais.**

1. No dia 04/03 começou a circular uma campanha de *fake news* contra a Professora, Doutora, Silvia Letícia Luz, Coordenadora Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (coordenação de Belém-PA) – SINTEPP Belém, por liderar a luta no município de Belém-PA em defesa do pagamento do Piso Salarial Nacional da Educação, por Gestão Democrática nas escolas e, sobretudo, por ter exigido do governador do Estado e da Prefeitura de Belém o fechamento das escolas durante a pandemia de COVID-19.

2. Os ataques expõem sua vida funcional, falsificam seus vencimentos com divulgação inverídica de seu salário, e tentam jogar a população contra a professora Silvia e o SINTEPP Belém por suas posições e o encaminhamento das decisões soberanas das assembleias gerais da categoria da educação no município quanto ao fechamento das escolas, medida recomendada pela OMS e pelas autoridades sanitárias em nível mundial.

3. Esse método “bolsonarista”, de ultra direita, de tentar intimidar uma liderança dos trabalhadores em educação de Belém, com disparo em massa por WhatsApp, é inaceitável e foi amplamente repudiado pelo movimento sindical no estado do Pará, que reconhece na professora Silvia Letícia e no SINTEPP sua combatividade e representação legítima.

4. Solidarizamo-nos à companheira e professora Silvia Letícia, uma mulher dirigente, de moral inabalável e de lealdade à luta dos trabalhadores. Solidarizamo-nos à direção do SINTEPP Belém por sua luta coerente em defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores e servidores municipais de Belém.

Bolsonaristas, machistas, não passarão!



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam REPÚDIO ao governador do Estado de Minas Gerais, senhor Romeu Zema, por não cumprir o Acordo de Greve de 2016 das universidades estaduais mineiras e por não atender – mesmo que negociando – os pontos da pauta de reivindicações das seções sindicais ADUEMG e Adunimontes.

Na primeira reunião realizada em dois anos de governo com as duas seções sindicais, o poder executivo – via Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – já se recusou em atender qualquer uma das demandas, não restando alternativa para a categoria docente a não ser decretar a greve por tempo indeterminado, primeiro na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), e depois na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Essa posição de negação se manteve em nova reunião realizada entre SEPLAG e as seções sindicais, na última terça-feira (29 de março).

Tal postura intransigente apenas demonstra o desejo e o projeto político do governo Zema de desmonte das duas universidades estaduais, começando pela desvalorização da carreira e a precarização do trabalho docente, no bojo de desmonte do Estado e dos serviços públicos de caráter social, representado pelo projeto de lei nº 1.202/19, de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

Cabe lembrar que o governo de Minas também se nega a cumprir a lei federal 11.738/08 e a lei estadual 21.710/15, que estabelecem o piso salarial para os e as trabalhadoras em educação da rede básica estadual, inclusive o reajuste de 33% definido por lei, o que motivou uma greve por tempo indeterminado que perdura até hoje.

Reivindicamos a imediata abertura de negociações concretas, e que o governo de Minas Gerais apresente uma proposta viável que garanta o cumprimento do Acordo de Greve e que busque uma verdadeira valorização da profissão docente no ensino superior em Minas Gerais.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE REPÚDIO E APOIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam REPÚDIO à violência cometida por agentes da guarda municipal contra as trabalhadoras e os trabalhadores em educação da rede municipal de Belo Horizonte que se organizavam e manifestavam pacificamente em frente à prefeitura, durante a manhã do dia 25 de março de 2022. Momento no qual foram surpreendidos por ações de repressão desproporcional e violenta, ferindo professores e professoras, inclusive com necessário encaminhamento para o Pronto Atendimento do Hospital João XXIII. Ao mesmo tempo, manifestam apoio à luta das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação da rede municipal de Belo Horizonte, em greve desde o dia 16 de março pela recomposição do piso salarial nacional aplicado ao primeiro nível da carreira.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE REPÚDIO E APOIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam REPÚDIO à violência cometida por agentes da guarda municipal contra as trabalhadoras e os trabalhadores em educação da rede municipal de Belo Horizonte que se organizavam e manifestavam pacificamente em frente à prefeitura, durante a manhã do dia 25 de março de 2022. Momento no qual foram surpreendidos por ações de repressão desproporcional e violenta, ferindo professores e professoras, inclusive com necessário encaminhamento para o Pronto Atendimento do Hospital João XXIII. Ao mesmo tempo, manifestam apoio à luta das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação da rede municipal de Belo Horizonte, em greve desde o dia 16 de março pela recomposição do piso salarial nacional aplicado ao primeiro nível da carreira.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
**MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA O ATAQUE À AUTONOMIA
UNIVERSITÁRIA**

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam seu REPÚDIO ao episódio de atropelo na ordem classificatória do Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2018, para ingresso na carreira do Magistério Superior da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, para a Área de Direito - componente curricular Serviço de Assistência Jurídica.

Configura-se como afronta à autonomia universitária, a ordem judicial liminar proferida no Processo nº 8000021-90.2022.8.05.0117, oriunda da Comarca de Itagibá/BA, que determinou a nomeação do candidato (também juiz desta Comarca), 4º lugar no Concurso, em detrimento das candidatas aprovadas em 3º e 2º lugar.

A imposição pelo judiciário da nomeação de um candidato desrespeitando a ordem classificatória em concurso desta natureza leva a incertezas na forma de ingresso à carreira docente, na medida em que o concurso público é um importante instrumento que visa a garantir, em especial, os princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade.

Destaca-se ainda o fato de que, apesar de o edital do concurso ter eleito a Comarca de Feira de Santana como foro competente para dirimir as questões a ele relativas, a ordem judicial foi oriunda da Comarca de Itagibá/BA.

A decisão judicial favorável ao ato de nomeação ainda desconsidera o cumprimento do requisito previsto no anexo I, do Edital 01/2018, quanto à exigência do registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. As informações prestadas pelo Curso de Direito no processo ressaltam que a disciplina Serviço de Assistência Jurídica tem natureza prática, sendo ministrada, em sala situada no Fórum Filinto Bastos (Feira de Santana-BA), através da prestação de serviços jurídicos, de caráter advocatício, pelos professores e estudantes, o que explica as especificidades necessárias para os(as) professores(as) desta cadeira.

O ANDES-SN opõe-se veementemente que uma decisão judicial liminar delimite o alcance da autonomia universitária, visto que o Artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) – em suas relações com os demais preceitos constitucionais – é suficiente, devendo o processo seletivo se encerrar no âmbito das instituições de ensino superior, que devem organizar seu quadro de pessoal docente e técnico administrativo de acordo com seu planejamento didático científico (Caderno 2, Andes, p. 26, 2013).



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam seu repúdio à posição antidemocrática e autoritária do reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e do seu pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social (PRODHS) no dia 26 de janeiro de 2022 (no decurso de uma reunião que traria orientações sobre mobilidade no regime de trabalho) e no dia 27 de janeiro de 2022 (no decurso da reunião conjunta do Conselho Universitário (COUNI) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)).

Repudiamos veementemente qualquer ameaça à liberdade sindical! Para além disso, não admitimos que se naturalize a restrição de acesso de qualquer pessoa – menos ainda de um representante classista – a uma reunião de caráter público no ambiente universitário. Destarte, uma vez que as falas pejorativas, caluniosas e antidemocráticas proferidas contra a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (ADUEMS) e o seu presidente, professor Esmael Almeida Machado, são um sinal do ambiente de escuridão que vem se espalhando pelo país, a presente moção de repúdio é também um chamado para que o ANDES-SN seja cada vez mais firme na defesa da democracia. Basta de interventores de Bolsonaro nas Universidades Federais, mas basta também daqueles que, silenciosos e deliberadamente, estão sabotando a democracia e a autonomia universitária.

A presente moção de repúdio serve ainda para manifestar solidariedade às e aos docentes da UEMS, organizado(a)s na base do ANDES-SN junto a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (ADUEMS- seção sindical). Devemos rejeitar qualquer tentativa de diminuir a história de luta da Seção Sindical do ANDES e de cercar sua atuação legítima na defesa da categoria.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE APOIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestamos

apoio à greve da(o)s trabalhadora(e)s garis do RJ, iniciada no dia 28 de março.

Exigimos respeito à justa pauta que inclui reivindicações de reajuste salarial e melhoria nas condições de trabalho. A categoria se encontra há 3 anos sem conseguir repor perdas inflacionárias, e realiza suas tarefas fundamentais para a saúde coletiva em condições insalubres de trabalho.

Manifestamos também repúdio às demissões arbitrárias e ilegais dos trabalhadores Bruno da Rosa e André Luiz no início da campanha salarial.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes ao 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre dos dias 27 de março a 1º de abril de 2022, manifestam repúdio ao descumprimento da deliberação da 506ª sessão do Conselho Universitário da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro que aprovou a revisão dos atos administrativos que indeferiram a matrícula da estudante Amanda Gomes, estudante negra que teve sua matrícula injustamente cassada. Tal descumprimento fere a defesa do princípio democrático, desrespeita as deliberações da instância superior da universidade e cerceia o direito da estudante ao acesso à educação pública.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam

REPÚDIO ao racismo institucional presente nas instituições de ensino superior, em cursos de graduação e pós-graduação, que contam com apenas o percentual de 3% do total de professoras e professores negras e negros (conforme dados de pesquisa do Estadão em 20/11/2021). Infelizmente a política de cotas para docentes não tem sido efetivada no processo seletivo de ingresso e, ao ingressar, as condições de permanência continuam sendo desafiadoras, considerando entre outros aspectos a lógica da colonialidade presente na escolha e validação de publicações, com o ocultamento de intelectuais negras e negros; pela falta de acesso a editais de bolsas; condições de infraestrutura institucional e de relações marcadas por práticas racistas no cotidiano do trabalho, o que leva ao adoecimento destas e destes servidores. Convocamos as seções sindicais do ANDES à promoção de ações permanentes de combate ao racismo institucional nas Universidades em geral e apoio a outros coletivos, equipes e comissões que protagonizam essa luta. **Racismo é crime!** Por uma universidade democrática, igualitária e mais representativa.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE APOIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), Brasil, entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam APOIO aos estudantes indígenas, negros e negras da Casa do Estudante Universitário (CEU) UFRGS frente às situações de racismo vivenciadas no cotidiano desse espaço de moradia. Sabemos que o racismo é estrutural e, portanto, requer uma constante análise e posicionamento frente às situações evidenciadas de modo a combatê-las, uma vez que não se tratam de fatos isolados. Manifestamos nosso repúdio ao racismo institucional e nossa solidariedade e apoio à permanência de estudantes cotistas nos cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essa luta é de todes nós!



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam repúdio às decisões unilaterais do Governo do Estado do Ceará e das reitorias de universidades estaduais, nomeadamente, UECE e UVA, de realizar concurso para quase 500 vagas para carreira docente sem Dedicção Exclusiva. O 40º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL entende que a medida é mais um dos ataques articulados com o golpe de 2016 e com o avanço do projeto neoliberal, da mercantilização da educação, que em uma das suas medidas visa desqualificar a carreira do Magistério do Ensino Superior, retirando garantias que se fundamentam na articulação ensino-pesquisa-extensão, compreendida como o pilar das universidades públicas e populares, laicas, autônomas e de qualidade social. Exigimos que as reitorias abram espaços de diálogo com as Seções Sindicais, como representantes da categoria docente, para revogar a decisão que desmantela a carreira duramente conquistada por todas e todos que constroem as universidades estaduais do Ceará.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Moção de repúdio à truculência do prefeito Colbert Martins contra os professores e estudantes da educação municipal de Feira de Santana

O prefeito Colbert Martins mantém em cárcere professore(a)s, estudantes, jornalistas e vereadore(a)s, na prefeitura de Feira de Santana, que estão em mobilização por melhores condições de trabalho e estudos na rede de educação municipal.

A prefeitura, além de não receber a pauta de negociação e não marcar reunião para dialogar sobre a mesma, reprimiu violentamente o(a)s manifestantes, através da guarda municipal durante ato na Câmara Municipal e está mantendo os mesmos trancados no Paço Municipal da prefeitura no momento.

Prestamos toda nossa solidariedade e apoio ao(à)s professore(a)s, estudantes, vereadore(a)s e familiares em luta.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), Brasil, entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam **REPÚDIO** ao Governo do Estado da Bahia.

No último 1º de março, uma ação autoritária e violenta da PM-BA ceifou a vida de 3 jovens negros no bairro da Gamboa, na cidade de Salvador.

No último 21 de março, uma menina negra de 13 anos foi expulsa da sala de aula por conta do seu cabelo crespo. O Colégio Militar Dr. João Paim na cidade de São Sebastião do Passé apresentou como motivação: seu cabelo crespo foi considerado inadequado.

A Polícia Militar é uma das mais violentas do Brasil e o Governo do Estado da Bahia se omite em enfrentar a violência policial, além de ter militarizado de forma brutal a educação básica no Estado.

Repudiamos a violência de Estado institucionalizada pelo governo baiano.

Vidas Negras Importam!

Porto Alegre, 31 de março de 2022



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Moção de apoio ao Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC-USP)

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, vêm se somar às inúmeras manifestações em defesa da plena continuação das atividades do HRAC-Centrinho e de sua permanência na Universidade de São Paulo (USP) como unidade de ensino, pesquisa e extensão.

Público, gratuito e prova do alto nível de qualidade e de atendimento que o Sistema Único de Saúde-SUS pode oferecer, o HRAC-Centrinho tornou-se referência mundial no tratamento de fissuras palatinas e de outras anomalias craniofaciais.

Estima-se que o hospital atendeu cerca de 150 mil pacientes desde sua criação. Em muitos casos a reabilitação requer décadas, e o HRAC-Centrinho continua tratando desses pacientes de modo a lhes permitir o máximo de autonomia nas suas vidas.

A Reitoria da USP e o governo estadual de São Paulo podem comprometer todo esse trabalho ao transferir a gestão do HRAC-Centrinho para uma instituição privada, uma “organização social de saúde”.

Assim, há que se revogar a “desvinculação” já em curso, mas irregularmente decidida em 2014. O HRAC-Centrinho é USP e é SUS! Deve permanecer público e gratuito!



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Moção de pesar em memória da Professora Lisete Arelaro

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, vêm se somar às inúmeras manifestações de **pesar em memória da Professora Lisete Regina Gomes Arelaro, ocorrida a 12 de março, aos 76 anos.**

A Professora Lisete (como era carinhosamente e respeitosamente chamada pelos amigos, conhecidos e admiradores) dedicou sua vida à luta pela democracia, particularmente pela educação pública, laica e de qualidade em todos os níveis. Foi Professora da Rede Pública de Educação Básica de São Paulo, na qual passou por todos os cargos e níveis hierárquicos. Em 1985, tornou-se a primeira docente a ingressar por meio de concurso público na Faculdade de Educação da USP, onde foi Professora Titular, diretora entre 2010 e 2014 e laureada com o título de Professora Emérita em 2021. Trabalhou como auxiliar de Paulo Freire na secretaria da Educação da Prefeitura de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina. Incansável participante do movimento de luta pela qualidade da educação no Brasil, atuou tanto nos sindicatos docentes (sobretudo associada à Adusp), quanto nos partidos políticos progressistas. Deixa às gerações atuais e futuras um legado inapreciável, tanto por seu trabalho docente, quanto por sua exemplaridade enquanto militante sindical e/ou política.

Lisete, presente agora e sempre!



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Moção de repúdio

O(A)s delegado(a)s presentes ao 40º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado nos dias 27 de março a 1º de abril de 2022, em Porto Alegre, Brasil, manifestam REPÚDIO à Reitoria da UFMS.

Que passou os últimos dois anos ampliando o Restaurante Universitário (RU) em Campo Grande/MS. No retorno às atividades presenciais, entregou-o para uma empresa privada (fez uma licitação) que está cobrando a refeição a R\$ 15,00, majorando os preços em mais de 230%. As refeições subsidiadas custarão 1/3 desse valor e abrange aluno(a)s da graduação cadastrado(a)s no CadÚnico, excluindo todo(a)s o(a)s outro(a)s acadêmico(a)s, inclusive o(a)s da Pós-Graduação.

Repudiamos a Reitoria da UFMS pelo preço abusivo das refeições do Restaurante Universitário

Porto Alegre, 31 de março de 2022



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Moção de repúdio

O(A)s delegado(a)s presentes ao 40º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado nos dias 27 de março a 1º de abril de 2022, em Porto Alegre, Brasil, manifestam REPÚDIO à Reitoria da UFMS.

Que passou os últimos dois anos ampliando o Restaurante Universitário (RU) em Campo Grande/MS. No retorno às atividades presenciais, entregou-o para uma empresa privada (fez uma licitação) que está cobrando a refeição a R\$ 15,00, majorando os preços em mais de 230%. As refeições subsidiadas custarão 1/3 desse valor e abrange aluno(a)s da graduação cadastrado(a)s no CadÚnico, excluindo todo(a)s o(a)s outro(a)s acadêmico(a)s, inclusive o(a)s da Pós-Graduação.

Repudiamos a Reitoria da UFMS pelo preço abusivo das refeições do RestauranteUniversitário

Porto Alegre, 31 de março de 2022



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
MOÇÃO DE APOIO à Professora Francisli Galdino, perseguida política no município de São José do Mipibi - RN

O(A)s delegado(a)s presentes ao 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), no período de 27 de março a 1º de abril de 2022, manifestam seu apoio à professora Francisli Galdino, perseguida política no município de São José de Mipibu - RN.

A professora Francisli Galdino, que atua na rede pública do município de São José de Mipibu – RN, vem sendo politicamente perseguida por gestores da Escola Municipal Cloris Trigueiro desde que postou um texto nas redes sociais em que relatou ter sofrido uma ameaça de morte nesse espaço escolar por parte de um estudante. A escola e o aluno não foram identificados na publicação e, embora esperasse apoio para si e para o estudante por parte dos gestores da instituição de ensino, o que houve foi uma remoção sumária de seu local de trabalho.

No momento em que escreveu o relato, a professora se encontrava abalada e temendo por sua vida e tornou o texto público como forma de se proteger. Infelizmente, situações como essa não são incomuns entre profissionais da educação básica, pois muitos trabalham em contexto de violência e vulnerabilidade social, sem qualquer tipo de apoio psicológico e de assistência social por parte do poder público. A pandemia também aprofundou a carga mental das professoras, que tiveram que lidar com a falta de infraestrutura para o ensino remoto e com a junção de tarefas domésticas com o trabalho docente. Essas são algumas das razões pelas quais essa é uma das categorias com maior número de afastamentos por problemas de saúde mental.

Esperava-se que o problema fosse tratado de frente, com amparo à professora e ao estudante. Da mesma forma, é esperado do poder público uma série de políticas tanto para a escola quanto para a comunidade para que todos os direitos dessas pessoas sejam assegurados e, assim, elas possam viver dignamente e ter acesso a uma educação de qualidade socialmente referenciada. A não implementação de políticas públicas que apontem para isso é uma responsabilidade dos diferentes governos e o papel dos gestores escolares não é o de abraçar o erro, mas o de enfrentá-lo.

Foi equivocado tratar a questão com a remoção da professora em um conselho de classe convocado sem pauta, para o qual a docente não recebeu notificação e em que os conselheiros tomaram posse no dia da reunião que decidiu removê-la. Nesse conselho, foram levantadas denúncias sobre sua conduta acerca das quais a docente não havia recebido qualquer advertência. Também não foi dado tempo hábil para a professora construir a sua defesa para o conselho escolar do município, que assumiu o formato de um tribunal, com testemunhas de acusação. O conselho escolar foi a segunda instância por onde o seu processo passou após o conselho de classe.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Diante disso, cabe a pergunta: o que o município de São José de Mipibu fará com a próxima professora que sofrer uma ameaça? Irá simplesmente removê-la? Isso não resolve o problema!

Por essas razões, nós, abaixo-assinados, reivindicamos a nulidade do processo aberto contra a professora que previa a sua remoção e propomos uma rediscussão verdadeiramente democrática entre o conselho de classe, o conselho escolar do município e a professora considerando as dificuldades expostas.

Assinam:

Central Sindical e Popular – Conlutas

Intersindical – Central da Classe Trabalhadora

Sinte - Núcleo Extremoz/RN

Sinte - Regional de Umarizal/RN

Sinte - Núcleo de São Gonçalo do Amarante/RN

Sinte - Regional de Ceará Mirim/RN

Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Indireta do RN -SINAI/RN

Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior - Sintest/RN

Mandato do Vereador Robério Paulino (Natal) – PSOL

Diretório Municipal do PSOL Natal

Diretório Estadual do PSOL RN



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE REPÚDIO ÀS PRÁTICAS ANTISSINDICAIS DO INTERVENTOR DA UFC

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam repúdio às práticas antissindicais da reitoria da UFC, sob intervenção, que se revelam em perseguição à ADUFC e também ao movimento estudantil.

Desde o início da intervenção, em 2019, práticas antidemocráticas e de perseguição têm marcado o cotidiano da Universidade Federal do Ceará (UFC). Recentemente, no processo de retorno às atividades presenciais, a comunidade universitária deparou-se, mais uma vez, com os ataques do interventor da UFC, Cândido Albuquerque, à ADUFC-Sindicato e ao movimento estudantil.

Em menos de um mês, foram duas notas emitidas pela intervenção atacando abertamente a ADUFC, com mentiras e acusações graves. No último dia 17, o interventor negou a existência de problemas no Restaurante Universitário e, através de uma narrativa falaciosa, acusou a ADUFC de se posicionar contra o retorno presencial, o que é uma inverdade. Também criminalizou o movimento sindical ao atacar e tentar deslegitimar a entidade, descrita como um grupo de “professores de reconhecida militância partidária e político-ideológica” que se utiliza de “um pequeno grupo de estudantes para propósitos alheios ao mundo acadêmico”.

A perseguição da intervenção na UFC ocorre em um contexto de denúncias feitas por estudantes contra a situação precária do Restaurante Universitário (RU) de Fortaleza, com relatos de comidas estragadas e casos de intoxicação alimentar amplamente divulgados na imprensa, problemas que temos denunciado desde o primeiro dia de retorno, marcado também pelo negacionismo da intervenção, que se negou a efetivar política de cobrança de passaporte vacinal.

A verdade não demorou a vir à tona. Diante dos problemas, a empresa responsável pelas refeições, a Nutrê Alimentação Ltda, desistiu de oferecer os serviços. A situação deixou a maioria dos estudantes sem comida. A UFC afirmou que seria distribuído o auxílio-alimentação apenas a alunos em situação de vulnerabilidade. Os estudantes se mobilizaram para realização de Assembleia Estudantil e, antes dela, um comunicado da reitoria foi enviado aos e-mails deles novamente com inverdades.

Por meio da nota, o interventor Cândido Albuquerque ameaçou o movimento estudantil, atitude típica de um gestor autoritário e sem legitimidade. No documento oficial, ele também descredencia o movimento e seus representantes legítimos, enfatizando que eles “não representam o corpo discente e sequer integram espaços representativos, uma vez que o Diretório Central dos Estudantes da UFC (DCE) encontra-se em vacância de gestão”. O interventor Cândido Albuquerque não detalha, contudo, que foi a sua própria gestão a responsável por atravancar as eleições estudantis e impedir a participação discente nos conselhos superiores da universidade. No dia seguinte à assembleia, que reuniu mais de 1200 estudantes, mais uma nota que



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
criminaliza a política e descredencia as representações estudantis foi divulgada pela intervenção na UFC. Em substituição ao livre exercício da política, o interventor oferece aos estudantes uma relação personalista e manipuladora.

É notório que a administração superior escolheu como inimigos a ADUFC e os movimentos que representam os estudantes para camuflar a incompetência da gestão universitária em oferecer o mínimo à comunidade universitária neste momento: um retorno presencial efetivamente seguro e um Restaurante Universitário com condições adequadas e segurança alimentar. O 40º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional repudia, portanto, o autoritarismo e também o descaso da gestão interventora da UFC com a comunidade universitária.

A postura adotada pelo interventor da UFC infelizmente não é isolada no Brasil e se ancora na lógica antissindical propagada pelo governo Bolsonaro ao intervir nas universidades federais, nomeando interventores não escolhidos pela comunidade universitária. Não por acaso, a própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi escolhida para sediar o 40º Congresso do ANDES-SN. A instituição também segue firme como resistência às arbitrariedades de um governo federal que ataca e ameaça a educação pública e a liberdade de expressão. A exemplo da UFC, também sofre com o autoritarismo de uma reitoria interventora.

Isso contraria os princípios do debate democrático e do livre pensar que, historicamente, marcam o percurso das universidades públicas brasileiras. E é contra esse autoritarismo retrógrado e em defesa de uma universidade pública, gratuita e socialmente referenciada que o movimento sindical docente continuará lutando.

Porto Alegre/RS, 31 de março de 2022

40º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam seu repúdio aos ataques promovidos pela Guarda Municipal de Goiânia/GO, no dia de hoje, 31 de março.

A(o)s professora(e)s estão em greve desde o dia 15 de março, lutando pelo cumprimento do piso salarial da educação, pela data-base à(o)s trabalhadora(e)s técnico-administrativa(o)s e construção de um plano de carreiras.

Além de agressões, dois professores foram presos durante mais uma ação violenta da Prefeitura de Goiânia, ocorrida na inauguração de um CMEI na cidade.

Nos solidarizamos com a(o)s colegas professora(e)s em luta e repudiamos a truculência e violência do governo de Rogério Cruz.